

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS PARA EDITAL 05/2018 - SELEÇÃO DE CANDIDATOS PARA VAGAS EM RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL E EM ÁREA PROFISSIONAL DA SAÚDE DO CEULP-FESP - 2019

CONHECIMENTOS GERAIS

BRASIL. Constituição Federal. Artigos 196, 197, 198, 199 e 200. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>

BRASIL. Ministério da Saúde. Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8080.htm>

BRASIL. Ministério da Saúde. Decreto No 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7508.htm

BRASIL. Ministério da Saúde. LEI Nº 8.142, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8142.htm

BRASIL. DECRETO Nº 7.508, DE 28 DE JUNHO DE 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7508.htm>

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. Humaniza SUS: Documento base para gestores e trabalhadores do SUS. 4 ed. 1ª reimpressão, Série B, Textos Básicos de Saúde. Brasília, 2008. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humanizasus_documento_gestores_trabalhadores_sus.pdf

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Humanização. Formação e intervenção / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Política Nacional de Humanização. – Brasília : Ministério da Saúde, 2010. 242 p. – (Série B. Textos Básicos de Saúde) (Cadernos HumanizaSUS ; v. 1). Disponível em:

<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_humanizaSUS.pdf >

BRASIL. PORTARIA No - 958, DE 10 DE MAIO DE 2016. Altera o Anexo I da Portaria nº 2.488/GM/MS, de 21 de outubro de 2011, para ampliar as possibilidades de composição das Equipes de Atenção Básica. DOU Nº 89, quarta-feira, 11 de maio de 2016. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2016/prt0958_10_05_2016.html

BRASIL. PORTARIA Nº 2.436, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: www.brasilsus.com.br/index.php/legislacoes/gabinete-do-ministro/16247-portaria-n-2-436-de-21-de-setembro-de-2017 .

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação em Saúde. Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. Série B. Textos Básicos de Saúde. Série Pactos pela Saúde 2006, v. 9. Brasília, 2009. 64. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pacto_saude_volume9.pdf>

BRASIL. PORTARIA Nº 198/GM, 13 de fevereiro de 2004. Institui a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde como estratégia do Sistema Único de Saúde para a formação e o desenvolvimento de trabalhadores para o setor e dá outras providências. Disponível em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/1832.pdf>.

Brasil. PORTARIA Nº 278, 27 DE FEVEREIRO DE 2014. Institui diretrizes para implementação da Política de Educação Permanente em Saúde, no âmbito do Ministério da Saúde. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt0278_27_02_2014.html.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde. Série B. Textos Básicos de Saúde. Série Pactos pela Saúde 2006; v. 7. 3. ed. Brasília. 2010. 60 p. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_promocao_saude_3ed.pdf

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde: PNPS: revisão da Portaria MS/GM no 687, de 30 de março de 2006/ Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2015. 36 p. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnps_revisao_portaria_687.pdf>

Brasil. Portaria no 719, de 7 de abril de 2011. Institui o Programa Academia da Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde. Diário Oficial da União 2011; 8 abr. Disponível em: <http://www.conselho.saude.pr.gov.br/arquivos/File/Conferencias/10%20CES/PROGRA01.PDF>

Brasil. Ministério da Saúde (MS). Secretaria de Vigilância em Saúde. Plano de ações estratégicas para enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) no Brasil 2011-2022. Brasília: MS; 2011. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/plano_acoes_enfrent_dcnt_2011.pdf

Brasil. Ministério da Saúde (MS). Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de

Doenças e Agravos não Transmissíveis e promoção da Saúde. Viva: Vigilância de Violências e Acidentes, 2009, 2010 e 2011. Brasília: MS; 2013. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/sistema_vigilancia_violencia_acidentes.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Subsecretaria de Planejamento e Orçamento. Coordenação-Geral de Planejamento. Sistema de Planejamento do SUS: uma construção coletiva: organização e funcionamento / Operation na organization of the SUS planning system. Brasília (DF): Ministério da Saúde, 2006. 2. ed. 66 p. ISBN:85-334-1089-1. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/organizacao_funcionamento_sistema_planejamento_sus.pdf

CZERESNIA, D. O conceito de saúde e a diferença entre prevenção e promoção. In: Czeresnia D; Freitas CM de. Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências. Ed Fiocruz. 2009. P.39-53

GUERRIERO, Iara Coelho Zito; MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio de revisar aspectos éticos das pesquisas em ciências sociais e humanas: a necessidade de diretrizes específicas. Physis, Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 763-782, Set. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312013000300006&lng=en&nrm=iso&tlng=pt

LAKATOS EM, Marconi MA. Metodologia Científica. 5. ed. São Paulo: Atlas; 2008.

Mendes, Eugênio Vilaça. As redes de atenção à saúde. / Eugênio Vilaça Mendes. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2011. 549 p.: il Disponível em: <http://www.paho.org/bra/index.php?option=com_docman&view=download&category_slug=servicos-saude-095&alias=1402-as-redes-atencao-a-saude-2a-edicao-2&Itemid=965>.

Mendes, Eugênio Vilaça. A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE. / Eugênio Vilaça Mendes. Brasília: Conselho Nacional de Secretários de Saúde – CONASS, 2015. 193 p.: il. Disponível em: <<http://www.conass.org.br/biblioteca/pdf/A-CONSTR-SOC-ATEN-PRIM-SAUDE.pdf>>.

MOTTA, Luís Claudio de Souza; VIDAL, Selma Vaz; SIQUEIRA-BATISTA, Rodrigo. Bioética: afinal, o que é isso? Rev. Bras. Clin. Med. São Paulo, 2012 set-out; 10(5):431- 9. Disponível em: <<http://files.bvs.br/upload/S/1679-1010/2012/v10n5/a3138.pdf>>.

PAIM, Jairnilson Silva. O que é o SUS. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009. 148p. (Coleção Temas em Saúde).

PALMAS. Secretaria Municipal de Saúde. PORTARIA INST No 518/SEMUS/GAB, DE 14 DE JUNHO DE 2016. Institui a Rede de Atenção e Vigilância em Saúde (RAVS-PALMAS). Diário Oficial do Município de Palmas, no 1.533, p. 12-14, 28 de junho de 2016. Disponível em: <<http://diariooficial.palmas.to.gov.br/media/diario/1533-28-6-2016-18-47-29.pdf>>.

PALMAS. Secretaria Municipal de Saúde. PORTARIA CONJUNTA SEMUS/FESP No 001, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016. Institui o Plano Municipal de Educação Permanente no âmbito da Rede Municipal de Saúde de Palmas e dá outras providências. Diário Oficial do Município de Palmas, No 1.440, p.13-17, 12 de fevereiro de 2016. Disponível em: <<http://diariooficial.palmas.to.gov.br/media/diario/1440-12-2-2016-20-22-38.pdf>>

PESSINI L, BARCHIFONTAINE CP de. Problemas atuais de Bioética. 8. Ed. São Paulo: Centro Universitário São Camilo: Loyola, 2007.

RAMOS, M. Educação pelo trabalho: possibilidades, limites e perspectivas da formação profissional. Rev.Saúde e Sociedade. [online]. 2009, vol.18, suppl.2, p. 55-59. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v18s2/08.pdf> >

REDE Interagencial de Informação para a Saúde. Indicadores básicos para a saúde no Brasil: conceitos e aplicações / Rede Interagencial de Informação para a Saúde - Ripsa. – 2. ed. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2008. 349 p.: il. SÁ, A. L. de. Ética Profissional. 8. Ed. São Paulo: Atlas; 2007. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/tabdata/livroidb/2ed/indicadores.pdf>

LEI COMPLEMENTAR Nº 141, DE 13 DE JANEIRO DE 2012, Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp141.html

CAMPOS, W. S. C. et al. Tratado de saúde coletiva. 2. ed. Rio de Janeiro: Hucitec/Fiocruz, 2007.

PEREIRA, M. G. Epidemiologia: teoria e prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.

NOVOA, P. C. R. O que muda na Ética em Pesquisa no Brasil: resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Disponível em: [file:///C:/Users/Micheline/Downloads/Novoa-2014-Einstein \(S-o Paulo\).sup-1.pdf](file:///C:/Users/Micheline/Downloads/Novoa-2014-Einstein%20(S-o%20Paulo).sup-1.pdf)

Conselho Nacional de Saúde (Brasil). Resolução no 466, de 12 de dezembro de 2012. Brasília, 2012 [citado 2014 Mar 11]. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA E COMUNIDADE

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 22 Out. 2011. [acesso em 2017 nov 22]. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2488_21_10_2011.html

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2017. [internet]. [acesso em 2017 nov 30]. Disponível em: <http://www.brasilsus.com.br/index.php/legislacoes/gabinete-do-ministro/16247-portaria-n-2-436-de-21-de-setembro-de-2017>

CAMPOS, G.W.S.; GUERRERO, V.P.(org.) Manual de Práticas de atenção básica: saúde ampliada e compartilhada. São Paulo: Aderaldo e Rothschild, 2008. Disponível em: http://andromeda.ensp.fiocruz.br/teias/sites/default/files/biblioteca_home/manual_das_praticas_de_atencao_basica%5B1%5D.pdf

MENDES, E.V. As redes de atenção à saúde. / Eugênio Vilaça Mendes. Brasília: Organização

Pan-Americana da Saúde, 2011. 549 p. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_docman&view=download&category_slug=servico_s-saude-095&alias=1402-as-redes-atencao-a-saude-2a-edicao-2&Itemid=965

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Núcleo de Apoio à Saúde da Família / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 116 p.: il. – (Cadernos de Atenção Básica, n. 39), Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/nucleo_apoio_saude_familia_cab39.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Diretrizes do NASF: Núcleo de Apoio a Saúde da Família / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 152 p. Disponível em: <http://dab.saude.gov.br/portaldab/biblioteca.php?conteudo=publicacoes/cab27>

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Manual do instrumento de avaliação da atenção primária à saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 80 p. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_avaliacao_atencao_primaria.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ): manual instrutivo / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília : Ministério da Saúde, 2012. 62 p. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/manual_instrutivo_pmaq_site.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Política nacional de práticas integrativas e complementares no SUS - PNPI-SUS: atitude de ampliação de acesso. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. (Série B. Textos Básicos de Saúde) Disponível em: <http://dab.saude.gov.br/portaldab/biblioteca.php?conteudo=publicacoes/pnpic>

BRASIL. Ministério da Saúde. Estratégia para o cuidado da pessoa com doença crônica. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. (Cadernos de Atenção Básica, n. 35) Disponível em: <http://dab.saude.gov.br/portaldab/biblioteca.php?conteudo=publicacoes/cab35>

MENDES, Eugênio Vilaça O cuidado das condições crônicas na atenção primária: o imperativo da consolidação da estratégia da saúde da família. Brasília: OPAS, 2012. 515 p. ISBN:978-85-7967-078-7. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cuidado_condicoes_atencao_primaria_saude.pdf

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS SAÚDE COLETIVA

BONITA, Ruth.; BEAGLEHOLE, Robert.; KJELLSTRÖM, Tord. Ética Profissional. 8. Ed. São Paulo: Atlas; 2007. 2.ed. Washington: Organização Mundial da Saúde, 2008. Disponível em:<<http://tabnet.datasus.gov.br/tabdata/livroidb/2ed/indicadores.pdf>>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Coordenação-Geral de Desenvolvimento da Epidemiologia em Serviços. Guia de Vigilância em Saúde: volume único (recurso eletrônico)/ Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Coordenação-Geral de Desenvolvimento da Epidemiologia em Serviços. – 2. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2017. 705p.

BUSS, P. M.; PELLEGRINI FILHO, A. A saúde e seus determinantes sociais. *Physis: Rev Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.17, n.1, p.77 – 93, 2007.

OLIVEIRA, C. M.; CRUZ, M. M. Sistema de Vigilância em Saúde no Brasil: avanços e desafios. *SAÚDE DEBATE*. Rio de Janeiro, v. 39, n. 104, p. 255-267, jan-mar 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sdeb/v39n104/0103-1104-sdeb-39-104-00255.pdf>

OSMO, A.; SCHRAIBER, L. B. O campo da Saúde Coletiva no Brasil: definições e debates em sua constituição. *Saúde Soc. São Paulo*, v.24, supl.1, p.205-218, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0104-12902015000500205&script=sci_abstract&lng=pt

Resolução nº 588, de 12 de julho de 2018. Institui a Política Nacional de Vigilância em Saúde. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/web_cnvs/Reso588.pdf.

Tratado de Saúde Coletiva. Organizadores: Akerman, Marco; Campos, Gastão Wagner De Sousa; Carvalho, Yara Maria De; Drumond Junior, Marcos. Hucitec editora. Coleção: Saúde em Debate. 2º ed. 2013. 968p.

Universidade Federal do Maranhão. UNA-SUS/UFMA. Epidemiologia: conceitos e aplicabilidade no Sistema Único de Saúde/Regimaria Soares Reis (Org.). - São Luís: EDUFMA, 2017. 96p. Disponível em: http://www.unasus.ufma.br/site/files/livros_isbn/isbn_epidemi01.pdf.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA PROGRAMA DE SAÚDE MENTAL

BASTOS, Francisco Inácio; Bertoni, Neilane. **Pesquisa Nacional sobre o uso de crack:** quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? Quantos são nas capitais brasileiras? / Rio de Janeiro: Editora ICICT/FIOCRUZ, 2014.

BERLINK, Manoel Tosta; FLORSHEIN, David Borges. **A miséria da psicopatologia**. TRIVIUM. 2ª Edição, Ano VI, Artigos Temáticos, São Paulo, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Saúde Mental. Brasília: Ministério da Saúde, 2015, p. 13-22. (**Caderno HumanizaSUS; v. 5**). ISBN 978-85-334-2223-0

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Saúde mental. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 176 p. : il. (**Cadernos de Atenção Básica, n. 34**). Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_34.pdf

BRASIL. **Portaria GM 3.088 de 23 de dezembro de 2011**. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvsmis/saudelegis/gm/2013/prt3088_23_12_2011_rep.html

CHIAVERINI, Dulce Helena (Organizadora)[et al.]. **Guia prático de matriciamento em saúde mental**. Brasília, DF: Ministério da Saúde: Centro de Estudo e Pesquisa em Saúde Coletiva, 2011.

DALGALARRONDO, Paulo. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais**. 2ª Edição. Artmed: Porto Alegre, 2008.

LEITE, Loiva dos Santos; ROCHA, Kátia Bones; SANTOS, Liliane Maria. **A tessitura dos encontros da rede de atenção psicossocial**. Trabalho, Educação e Saúde. Rio de Janeiro, P. 1-18, 2017.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DE ENFERMAGEM OBSTÉTRICA

1. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Área Técnica de Saúde da Mulher. Parto, aborto e puerpério: assistência humanizada à mulher. Brasília: Ministério da Saúde; 2003.
2. . Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST/AIDS. Manual de Controle das Doenças Sexualmente Transmissíveis. 4. ed. Brasília: Ministério da Saúde; 2006. 142p. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_controle_das_dst.pdf
3. . Ministério da Saúde. Diretriz Nacional de Assistência ao Parto Normal. Protocolo. Brasília: Ministério da Saúde; 2016. 381p. Disponível em: http://conitec.gov.br/images/Consultas/2016/Relatorio_Diretriz-PartoNormal_CP.pdf
4. .Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Controle dos Cânceres de colo do útero e da mama. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 132 p. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/controle_canceres_colo_uterio_2013.pdf
5. . Ministério da Saúde. Instituto Nacional do Câncer (INCA). Ações de enfermagem para o controle do câncer: uma proposta de integração ensino-serviço. Rio de Janeiro: INCA; 2008. Disponível em: <http://www.inca.gov.br>
http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/acoes_enfermagem_controle_cancer.pdf
6. . Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Atenção ao Pré-Natal de baixo Risco Brasília: Ministério da Saúde; 2012. 319p. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/CAB_32.pdf
7. . Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Gestação de Alto risco: manual técnico. Brasília: Ministério da Saúde; 2012. 302 p. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_tecnico_gestacao_alto_risco.pdf
8. .Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção   Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde Sexual e Reprodutiva. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 300 p. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/cadernos_ab/abcad26.pdf
9. . Ministério da Saúde. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – Relatório de Implementação 2005. Brasília: 2006. 116p.
10. CUNNINGHAM, F. G. et al. Obstetrícia de Williams. 23  ed. Porto Alegre: AMGH, 2012.
11. Organização Mundial de Saúde. Assistência ao parto normal: um guia prático. Genebra, 1996 (OMS/SRF/MSM/96.24).
12. Diagnósticos de enfermagem da Nanda: Definições e Classificação: 2015-2017. Porto Alegre: Artmed, 2015.
13. Enkin M, Keirse MJNC, Neilson J, Crowther C, Duley L, Hodnett E., Hofmeyr J. Guia para atenção efetiva na gravidez e no parto. 3  ed. Rio de Janeiro (RJ): Guanabara Koogan; 2005.
14. HOFFMAN, B. L. et al. Ginecologia de Williams. 2  ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.
15. 1. LOWDERMILK, D. L; PERRY, S. E.; BOBAKI, I. M. Saúde da mulher e enfermagem obstétrica. 10  ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.

16. MONTENEGRO, C.A.B.; REZENDE FILHO, J. Obstetrícia Fundamental. 12ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

17. Ziegel EE, Cranley MS. Enfermagem Obstétrica. 2.ed. Rio de Janeiro: Interamericana.1985.

18. ZUGAIB. Marcelo. Obstetrícia, 2ª ed. Barueri, SP: Manole, 2012. 1322p.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS CATEGORIA PROFISSIONAL FARMÁCIA

ALAN F. SCHATZBERG, CHARLES B. NEMEROFF, Fundamentos de psicofarmacologia clínica. Rio de Janeiro : Guanabara Koogan, 2002. 543p

ALLEN LV,POPOVICH NG,ANSEL HC. Formas farmacêuticas e sistemas de liberação de fármacos.9. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.716 p

BISSON, MP, Farmácia clínica e atenção farmacêutica, 2. ed., rev. e atual. Barueri: Manole, 2007. 371p

BRASIL. Farmacopeia Brasileira. 5ª ed.v. 1. Brasília: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, 2010. Disponível em: http://www.anvisa.gov.br/hotsite/cd_farmacopeia/pdf/volume1.pdf

BRASIL. Conselho Federal de Farmácia.Resolução nº 585, de 29 de agosto de 2013.Regulamenta as atribuições clínicas do farmacêutico e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucoes/585.pdf>>

BRASIL. Conselho Federal de Farmácia. Resolução n.º 596, de 21 de fevereiro de 2014.Dispõe sobre o Código de Ética Farmacêutica, o Código de Processo Ético e estabelece as infrações e as regras de aplicação das sanções disciplinares.Disponível em: <<http://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucoes/596.pdf>>

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n.º 344, de 12 de maio de 1998, suas complementações e atualizações. Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial. Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br/hotsite/talidomida/legis/Portaria_344_98.pdf>

BRASIL. Ministério da Saúde. Documento de referência para o Programa Nacional de Segurança do Paciente/ Ministério da Saúde; Fundação Oswaldo Cruz; Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Brasília : Ministério da Saúde, 2014, 40 p. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/documento_referencia_programa_nacional_seguranca.pdf

FERREIRA, A.O. Guia Prático da Farmácia Magistral. 4 ed. Volumes I e II. Juiz de Fora: Pharmabooks, 2010.

FUCHS, F.D.,WANNMACHER,L.(Ed.). Farmacologia clínica: fundamentos da terapêutica racional.4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010. 1261 p.

LEHNINGER, A.L.; NELSON, D.L.; COX, M.M. **Princípios de Bioquímica**. 2. ed. São Paulo: Sarvier, 2000. 839p

RANG, H.P., DALE, M.M., RITTER, J.M., FLOWER, R.J., HENDERSON, G. Farmacologia. 7ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS CATEGORIA PROFISSIONAL ENFERMAGEM

POTTER, Patricia A., PERRY, Anne G. Fundamentos de enfermagem: conceitos, processo e prática. 4. ed. Rio de Janeiro : Guanabara Koogan, 1999.

North American Nursing Diagnosis Association. Diagnósticos de enfermagem da NANDA : definições e classificação 2015-2017 / 10. ed. Porto Alegre : ARTMED, 2017.

TANNURE, Meire Chucre; GONÇALVES, Ana Maria Pinheiro. SAE, sistematização da assistência de enfermagem : guia prático. Rio de Janeiro : Guanabara Koogan, 2008. 168 p..

BARROS, Alba Lúcia B. e Cols. Anamnese e Exame físico: avaliação diagnóstica de enfermagem no adulto. Porto Alegre: ARTMED, 2002.

Isaacs, Ann. Saúde mental e enfermagem psiquiátrica. 2. ed.. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 1998.

STUART, Gail W. Enfermagem psiquiátrica. 6. ed. Porto Alegre: ARTMED. 2001

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS CATEGORIA PROFISSIONAL FISIOTERAPIA

SULLIVAN, S. B. O'; SCHMITZ, T. J.. **Fisioterapia: avaliação e tratamento**. 5. ed. São Paulo: Manole, 2010. SHEPHERD, R. B.. **Fisioterapia em Pediatria**. 3. ed. São Paulo: Santos, 2002.

SCANLAN, C. L.; WILKINS, R. L.; STOLLER, J. K.. **Fundamentos da Terapia Respiratória de Egan**. 9. ed. Rio de Janeiro: Elseier, 2009. AZEREDO, C. A. C.. **Fisioterapia Respiratória Moderna**. 4. ed. São Paulo: Manole, 2002.

WEINSTEIN, S. L.; BUCKWALTER, J. A.. **Ortopedia de Turek**. 5. ed. São Paulo: Manole, 2000. CLELAND, J.; KOPPENHAVER, S.; Su, J.. **Netter, Exame Clínico Ortopédico**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS CATEGORIA PROFISSIONAL EDUCAÇÃO FÍSICA

CAMPOS, M. A. Treinamento Funcional Resistido: para melhoria da capacidade funcional e reabilitação de lesões musculoesqueléticas. Rio de Janeiro: Revinter, 2008.

FLECK, S. J. Fundamentos do treinamento de força muscular. 3ª ed, 2008.

GUYTON, A. C. Tratado de Fisiologia Médica. 12ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

MARZZOCO, A.; TORRES, B.B. Bioquímica Básica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015. 396 p.

McARDLE, W. D.; KATCH, F. I.; KATCH, V. L. Fisiologia do exercício: energia, nutrição e desempenho humano. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998. 695 p.

POLLOCK, M. L. Exercícios na saúde e na doença: avaliação e prescrição para prevenção

e reabilitação. 2ª ed. 1993.

POWERS, S. K., HOWLEY, E. T. Fisiologia do Exercício: teoria e aplicação ao condicionamento e ao desempenho físico. 5.ed. São Paulo: Manole, 2005. 576 p.

WEINECK, J. Treinamento Ideal: instruções técnicas sobre o desempenho fisiológico, incluindo considerações específicas de treinamento infantil e juvenil. 9ª ed. São Paulo:Manole, 2003. 740p.

WILMORE, J.H.; COSTILL, D. L. Fisiologia do Esporte e do Exercício. 2. ed. São Paulo: Manole, 2001. 702 p.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS CATEGORIA PROFISSIONAL BIOMEDICINA

ANDRADE, Heloisa Helena Rodrigues. Fundamentos de Genética e Biologia Molecular.

MOURA, Roberto de Almeida. Técnicas de Laboratório. 3ª ed. São Paulo, 2002.

ABBAS, Abdul. Imunologia Celular e Molecular. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

FAILACE, Renato. Hemograma: Manual de interpretação. 4 ed. 2003.

LEVINSON, W. Microbiologia médica e imunologia / Warren Levinson, Ernest Jawetz. 7. ed. Porto Alegre : ARTMED, 2005. 632 p.

REY, L. Bases da parasitologia médica / Luís Rey. 3. ed. Rio de Janeiro : Guanabara Koogan, 2011. 390 p

HENRY, J. B. Diagnosticos clinicos e tratamento por metodos laboratoriais. 19 ed. 1999.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS CATEGORIA PROFISSIONAL SERVIÇO SOCIAL

BRASIL. Código de ética do/a assistente social. **Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. - 9. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2011]. Disponível em: < http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf >

. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

. **Lei 8.080**, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 set. 1990a. Seção 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm

. **RESOLUÇÃO CFESS N.º 383/99**, de 29/03/1999 que Caracteriza o assistente social como profissional da saúde. [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [1999].

Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/resolucao_383_99.pdf

BRAVO, Maria Inês Souza. Frente nacional contra a privatização e sua luta em defesa da saúde pública estatal. **Serv. Soc. Soc.** [online], São Paulo, n. 105, p. 185-193, jan./mar. 2011.

GUIMARÃES, Eliane Martins de Souza. Expressões conservadoras no trabalho em saúde: a abordagem familiar e comunitária em questão. **Serv. Soc. Soc.** [online], São Paulo, n. 130, p. 564-582, set./dez. 2017.

CFESS. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde.** [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2010]. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros para a Atuacao de Assistentes Sociais na Saude.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_a_Atacao_de_Assistentes_Sociais_na_Saude.pdf).

KRÜGER, Tânia Regina. Serviço Social e Saúde: espaços de atuação a partir do SUS. **Revista Serviço Social & Saúde** [online]. UNICAMP Campinas, v. IX, n. 10, Dez. 2010.

NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro; MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Desafios atuais do Sistema de Saúde – SUS e as exigências para os assistentes sociais.** Disponível em: <http://www.servicosocialesaude.xpg.com.br/texto2-4.pdf>.

ROBAINA, Conceição Maria Vaz. O trabalho do Serviço Social nos serviços substitutivos de saúde mental. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 102, p. 339-351, abr./jun. 2010.

SCHEFFER, Graziela; SILVA, Lahana Gomes. Saúde mental, intersetorialidade e questão social: um estudo na ótica dos sujeitos. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 118, p. 366-393, abr./jun. 2014.

SODRÉ, Francis. **Serviço Social e o campo da saúde: para além de plantões e encaminhamentos.** **Serv. Soc. Soc.** [online], São Paulo, n. 103, p. 453-475, jul./set. 2010.

. O Serviço Social entre a prevenção e a promoção da saúde: tradução, vínculo e acolhimento. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 117, p. 69-83, jan./mar. 2014.

VASCONCELOS, Ana Maria de. **Serviço Social e Práticas Democráticas na Saúde.** Disponível em: http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto2-5.pdf.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS CATEGORIA PROFISSIONAL BIOLOGIA

JUNQUEIRA, L. C.; CARNEIRO J. **Biologia Celular e Molecular.** 9º ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013. 364p.

DURÁN, J. E. R. **Biofísica - fundamentos e aplicações**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2003. 318p.

ODUM, E. P.; BARRET, G. W. **Fundamento de Ecologia**. 5ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013, 612p.

GARRAFA, V.; KOTTOW, M.; SAADA, A. (organizadores). **Bases conceituais da Bioética - enfoque latino-americano**. São Paulo: Gaia, 2006. 284p.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS CATEGORIA PROFISSIONAL PSICOLOGIA

CAIXETA, M. et al. **Neuropsicologia dos Transtornos Mentais**. São Paulo: Artes Médicas, 2007.

FADIMAN, J., FRAGER, R. **Teorias da Personalidade**. São Paulo: Harbra, 1986.

SHAUGHNESSY, J. J. et al. **Metodologia de Pesquisa em Psicologia**. Porto Alegre: AMGH, 2012.

BEE, H. **O Ciclo Vital**. Porto Alegre: Artmed, 1997.

STARUB, R. **Psicologia da Saúde: uma abordagem psicossocial**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Saúde Mental. Brasília: Ministério da Saúde, 2015, p. 85-106. (Caderno HumanizaSUS; v. 5). ISBN 978-85-334-2223-0

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Saúde mental. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 176 p. : il. (Cadernos de Atenção Básica, n. 34). Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_34.pdf

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS CATEGORIA PROFISSIONAL NUTRIÇÃO

1. . Ministério da Saúde. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. 1. ed. Brasília: Ministério da Saúde; 2013.

2. BRASIL. Ministério da Saúde. Lei nº11.346, de setembro de 2006. Lei de Segurança Alimentação e Nutricional. 2006.

3. TADDEI, J.A.; LANG, R.M.F.; LONGO-SILVA, G.; TOLONI, M.H.A. **Nutrição em Saúde Pública**. Ed. Rubio, 2011.

4. KAC, G.; SICHIERY, R.; GIGANTE, D.P. **Epidemiologia Nutricional**. Ed. Fiocruz, Rio de Janeiro, 2007.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS CATEGORIA PROFISSIONAL MEDICINA VETERINÁRIA

- FOSSUM, T. W. Cirurgia de pequenos animais. 4 Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
- NELSON, R.W.; COUTO, C.G. Medicina Interna de Pequenos Animais. 5 Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.
- SMITH, B.P. Medicina Interna de Grandes Animais. 3 ed. São Paulo: Manole, 2006.
- THRALL, M.A. Hematologia e Bioquímica Clínica Veterinária. 2 ed. São Paulo: Roca, 2015.
- TRANQUILLI, W. J., THURMON J. C., GRIMM, K. A. Lumb & Jones Anestesiologia e Analgesia Veterinária. 5 ed. São Paulo: Roca, 2017.
- TURNER, A. S.; McILWRAITH, C. W. Técnicas cirúrgicas em animais de grande porte. São Paulo: Roca. 1985.
- ADAMS, R. Farmacologia e Terapêutica em Veterinária. 8 ed. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2013.
- ANDRADE, S. F. Manual de Terapêutica Veterinária. 3 ed. São Paulo: Roca. 2016.
- BRASIL. Doenças infecciosas e parasitárias: guia de bolso. 8 ed. Brasília, 2010. Disponível em:
http://bvmsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/doencas_infecciosas_parasitaria_guia_bolso.pdf
- SILVA JUNIOR E. A. Manual de controle higiênico-sanitário em serviços de alimentação. 7. ed. São Paulo: Varela, 2017.
- REECE, W. O. DUKES, Fisiologia dos animais domésticos. 12 ed. São Paulo: Roca, 2014.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS CATEGORIA PROFISSIONAL ODONTOLOGIA

- ANDRADE, E.D. Terapêutica medicamentosa em Odontologia. 3ª ed. Artes Médicas, 2014.
- BARATIERI, L. N. *et al.* Odontologia restauradora: fundamentos e técnicas. São Paulo: Santos, 2012.
- COHEN, S.; HARGREAVES, K. M. Caminhos da polpa. Edição [de] 10. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- HUPP, J. R.; ELLIS III, E.; TUCKER, M. R. Cirurgia oral e maxilofacial contemporânea. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.
- OPPERMANN, R. V.; ROSING, C. K. Periodontia laboratorial e clínica (série ABENO: odontologia Essencial: parte clínica). São Paulo : Artes Médicas, 2013.
- ROMANELLI, H.; ADAMS, A.; SCHININI, G.; 1001 dicas de periodontia: da fundamentação biológica à prática clínica: passo a passo / [tradução Marise F. Zappa]. São Paulo: Quintessence, 2015.
- PINTO, V. G. Saúde bucal: odontologia social e preventiva. São Paulo: Ed. Santos, 1989.
- PEREIRA, A.C. e cols. Tratado de Saúde Coletiva em Odontologia. São Paulo: Napoleão.

pag 17-110; pag.161-199; pag. 488-575. Nova Odessa: Napoleão, 2009.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS CATEGORIA PROFISSIONAL TERAPIA OCUPACIONAL

1. BRASIL. Lei nº 10.216 de 06 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Brasília: Diário Oficial da União, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm
2. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.
3. BRASIL. Ministério da Saúde. Comissão Intergestores Tripartite. Resolução nº 32, de 14 de dezembro de 2017 - Estabelece as Diretrizes para o Fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Disponível em: <http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2018/janeiro/05/Resolu----o-CIT-n---32.pdf>
4. LANCETTI, A; AMARANTE, P. Saúde mental e saúde coletiva. In: CAMPOS,GWS; MINAYO,MC;AKERMAN,M; et al. Tratado de Saúde Coletiva. Editora Hucitec. Rio de Janeiro: Fiocruz, Ed. 2, 2009.
5. MÂNGIA, EF; NICÁCIO, MFS Terapia Ocupacional em Saúde Mental: tendências principais e desafios contemporâneos. In: CARLO, Marysia M.r. Prado de; BARTALOTTI, Celina Camargo. (Org.). Terapia Ocupacional no Brasil. São Paulo, 2001.
6. SILVA, CR; SANTOS, CN. Mapeamento da atuação do terapeuta ocupacional nos Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS ad) do interior do estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/94>
7. MORATO, G; LUSSI, I. "Terapia Ocupacional e Trabalho: Perspectivas históricas e possibilidades atuais no campo da saúde mental" In: MATSUKURA, T.S., SALLES, M.M. (Orgs). Cotidiano, atividade humana e ocupação. São Carlos: EdUFSCar, p. 77-90.
8. MORATO, G; LUSSI, I. Iniciativas de geração de trabalho e renda, economia solidária e terapia ocupacional: aproximações possíveis e construções necessárias.In:Cad. Bras. Ter. Ocup., São Carlos, v. 23 n4, 2015.
9. ALEIXO, J.M.P.; LIMA, E.M.F.A. "Invenção e produção de encontros no território da diversidade: cartografia de um Centro de Convivência" In:Cad. Bras. Ter. Ocup., São Carlos, v. 25, n. 3, p. 649-659, 2017. Disponível em: <http://doi.editoracubo.com.br/10.4322/2526->
10. LIMA EMFA. Oficinas, laboratórios, ateliês, grupos de atividades: dispositivos para uma clínica atravessada pela criação. In: Costa CM, Figueiredo AC, organizadores. Oficinas terapêuticas em saúde mental – sujeito, produção e cidadania. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria; 2004 . Disponível em:<https://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/beth/oficinas.pdf>
11. CONSTANTINIDIS, T.C, CUNHA, A.C. "Desinstitucionalizando conceitos: a terapia ocupacional em busca de um (novo) lugar no cenário da saúde mental" In: MATSUKURA, T.S., SALLES, M.M. (Orgs). Cotidiano, atividade humana e ocupação. São Carlos: EdUFSCar, 2016. p. 37-59

12. LIMA, E. M. F. de A.; OKUMAB, D. G.; PASTORE, M. Di N. Atividade, ação, fazer e ocupação: a discussão dos termos na Terapia Ocupacional brasileira. Cad. Ter. Ocup. UFSCar, São Carlos, v. 21, n. 2, p. 243-254, 2013.
13. SALLES, M. M.; MATSUKURA, T. S. O uso dos conceitos de ocupação e atividade na Terapia Ocupacional: uma revisão sistemática da literatura. Cad. Ter. Ocup. UFSCar, São Carlos, v. 24, n. 4, p. 801-810, 2016.
14. MEDEIROS, M. H. Fundamentos e Fundações: Construindo nossas bases de ação. Anais do X CBTO, Goiânia:CBTO, 2007 .
15. TANOIA, TS; MATSUKURA, T. S. Saúde mental infantojuvenil e desafios do campo: reflexões a partir do percurso histórico. Cad. Ter. Ocup. UFSCar, São Carlos. 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/Marla/Desktop/RAPS%20CAPS%202%20PALMAS/referencias%20terapia%20ocupacional/865-3514-1-PB.pdf>